DISPENSA ELETRÔNICA Nº 305/2026 (GOV nº 191/2026)
CONTRATANTE (UASG): 986713

REPARTIÇÃO INTERESSADA
Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar

OBJETO
AQUISIÇÃO DE TOTEM DE ATENDIMENTO

VALOR TOTAL ESTIMADO
R$ 8.862,88 (Oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 02/12/2026 às 08h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO
Menor preço

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
Sim

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 305/2026
PROCESSO SEI Nº 57.348/2026-90

REPARTIÇÃO INTERESSADA: Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar

O **MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES,** por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, dos Decretos Municipais nº: 17.500/2018 e alterações posteriores, 24.608/2026 e 24.609/2026 e das exigências estabelecidas neste Aviso.

Os regulamentos municipais supracitados encontram-se disponíveis para acesso no endereço eletrônico: https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5079/leis-de-mogi-das-cruzes.

Data da sessão: 02 de dezembro de 2026
Início da fase de lances: 08h
Encerramento da fase de lances: 14h
Local: Sistema de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras
Critério de Julgamento: MENOR PREÇO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO DE TOTEM DE ATENDIMENTO,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

ITEM	CATMAT /CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
01	**634078**	**1.23.06.0727-4:** TOTEM DE ATENDIMENTO, Leitor QR Code, Impressora Térmica 80 colunas com mecanismo de corte automático, computador integrado com 8GB de RAM, SSD 256 GB, conectividade Wi-fi e Ethernet e estrutura de gabinete em aço carbono antitombamento	**UN**	**01**

1.2. As empresas ficam cientes de que, para efeito de processamento da dispensa em ambiente eletrônico, foi adotado o item CATMAT/CATSER mais semelhante ao descrito no Aviso / Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do material existente e a utilizada pelo sistema Compras.gov.br, deverá prevalecer o estabelecido no Aviso / Termo de Referência.

1.3. O valor estimado da aquisição do objeto desta dispensa é de **R$ 8.862,88 (Oito mil, oitocentos**

e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

1.4. O critério de julgamento adotado será o **menor preço,** observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. Poderão participar desta dispensa eletrônica os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da presente dispensa e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal www.gov.br/compras e seguir todas as regras/diretrizes de disputa do sistema. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.1. Os participantes deverão atender as condições exigidas no cadastramento do SICAF para recebimento das propostas.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.2.2. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.3. Que não se enquadrem como ME/EPP/Equiparadas, quando houver a indicação de exclusividade para tal na página inicial deste Aviso;

2.2.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.5. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14º da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.2.6. Em processo de falência;

2.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição

(Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. A pessoa jurídica poderá participar da dispensa em consórcio, observadas as regras do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Ao cadastrar sua proposta para esta dispensa de licitação, a proponente **DECLARA** que:

a) não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação no presente certame ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.

b) não possui sócios ou administradores com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;

c) está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n° 14.133, de 2021, e neste aviso de dispensa;

d) é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

e) DECLARA, ainda, que disponibilizará as instalações e aparelhamento adequados disponíveis para a realização do objeto, bem como pessoal técnico com a respectiva qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, quando aplicável.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca/fabricante do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de

ajustamento de conduta vigente na data de entrega da proposta.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, e demais anexos, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.8.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.8.1.1. A assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o participante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.8.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Aviso de Contratação Direta;

3.8.3. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.8.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

3.8.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.8.6. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.8.7. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o participante às sanções previstas em lei e neste aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das **08h** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo finalizada no horário de encerramento de lances previsto neste aviso. As regras são aquelas automáticas do sistema, sendo de responsabilidade do proponente tomar conhecimento previamente do funcionamento do sistema Compras.Gov.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R$ 0,01 (um centavo).**

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance e, se necessário, de documentos complementares.

5.4. O Agente de Contratação solicitará ao fornecedor mais bem classificado que, no prazo de 1 (uma) hora, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso e já apresentados.

5.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

5.6. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.8. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

5.8.1. Para fins de análise e validação do objeto ofertado, a(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar, junto à proposta readequada, catálogo ou ficha técnica dos itens, possibilitando ao requisitante verificar a conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

5.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.9.1. contiver vícios insanáveis;

5.9.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

5.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.10. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.10.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários

de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.10.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custos que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.11. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.11.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

5.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.15. Se a proposta ou lance do vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.16. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constantes dos itens **6.9 a 6.11** deste aviso, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1. Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF;

6.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br);

6.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU Plataforma de Certidões

6.2.5. Cadastro de Impedimentos de Contratos / Licitações – TCESP https://tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados;

6.3. A verificação em cadastros de sanções alcançará a pessoa jurídica participante e seus sócios, administradores ou responsáveis legais, apenas quando houver decisão administrativa ou judicial com sanção vigente que imponha a proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

6.3.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste aviso e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.8. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.8.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.8.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.8.3. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.9.1. Documento(s) que comprova(m) a existência jurídica da participante, demonstrando a sua capacidade de exercer direitos e assumir obrigações, tais como:

6.9.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou

6.9.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, e as alterações subsequentes devidamente registrados, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por

ações, também os documentos de eleição de seus administradores;

6.9.1.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

6.9.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira já em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.9.1.5. Quando cabível, o(s) documento(s) de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

6.9.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

6.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

6.10.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.10.3. Se o participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o participante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.10.4. Serão aceitos registros de CNPJ de participante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.10.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.10.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.10.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.10.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

6.10.9. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

6.10.10. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

6.10.11. Caso o participante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

6.10.12. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.10.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas, o fornecedor será declarado vencedor.

6.11. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.11.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Distribuidor da sede do fornecedor, com prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

6.11.2. As empresas com sede no Estado de São Paulo deverão apresentar a **Certidão de Distribuição de Falências, Concordatas e Recuperações** expedida via sistema **e-Saj**, do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (**TJSP**), e também a Certidão emitida pelo seu sistema **eproc**, denominada "**COMARCAS E TURMAS RECURSAIS (Primeiro Grau) - CÍVEL**", podendo o Agente de Contratação diligenciar a sua complementação, de ofício, exclusivamente quando alguma delas não for enviada pelo licitante;

6.11.2.1. Sites para a obtenção das certidões do **item 6.11.2**, conforme os links disponibilizados pelo **TJSP** em https://www.tjsp.jus.br/Certidoes/Certidoes/CertidoesPrimeiraInstancia:

a) sistema **e-Saj**: https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do
b) sistema **eproc**: https://certidoes.tjsp.jus.br/

6.12. DOCUMENTOS ADICIONAIS

6.12.1. Poderão ser solicitados documentos técnicos adicionais a fim de comprovação da qualificação da empresa.

7. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

7.1. O prazo de entrega será de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, na quantidade solicitada.

7.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2. O item deverá ser entregue no **Almoxarifado Central**, localizado na Rua Flaviano de Melo, nº 435, Centro, Mogi das Cruzes/SP, no horário das 8h00 às 15h00, se segunda a sexta-feira, exceto feriados.

7.3. O item deverá ser entregue mediante emissão de nota de empenho e envio da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço pela Administração.

7.4. Caberá ao setor solicitante, o recebimento dos materiais, incumbindo-lhe a declaração do aceite conforme as especificações do aviso.

7.5. O recebimento do material está sujeito à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o participante vencedor a reparar e corrigir as avarias ou incorreções porventura detectadas, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/2021 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

7.6. O item poderá ser rejeitado no todo quando não estiverem em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos pela contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. A empresa fornecedora será responsável pela substituição, correção ou reposição dos acessórios que porventura forem entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

7.8. O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias**, contados a partir da apresentação da nota fiscal e aprovação da Secretaria solicitante.

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES:

8.1. As penalidades serão as elencadas no artigo 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. A penalidade de advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o participante vencedor ou contratado descumprir obrigação de menor gravidade.

8.3. As multas serão aplicadas nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, a título moratório, o importe de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do material ou serviço, até o limite de 30 (trinta) dias e, cumulativamente, a título compensatório, o importe de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor total do contrato.

8.4. Aplica-se integralmente ao participante vencedor ou contratado, que não efetuar o fornecimento ou o serviço dentro do prazo estabelecido no aviso e seus anexos, contrato, ata de registro de preços, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento congênere, o disposto no subitem **8.3** acima transcrito.

8.5. A recusa da adjudicatária em assinar o contrato ou instrumento que o substitua caracteriza o descumprimento das obrigações assumidas, sujeitando-a às multas previstas no subitem **8.3,** sem prejuízo das sanções impostas pela Lei Federal 14.133/2021.

8.6. O participante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantida a defesa prévia e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das multas previstas neste aviso e no contrato e demais cominações legais.

8.7. Caso se mostrem insuficientes as penalidades do subitem **8.3** o contratado poderá ser declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos termos do artigo 155 em diante da Lei 14.133/2021.

8.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

8.9. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

8.10. O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

8.11. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao participante vencedor ou contratado o contraditório e ampla defesa.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), ou se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto), para Dispensa exclusiva para ME/EPP/Equiparadas, a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data, com abertura para ampla disputa.

9.2.2. No caso de nova abertura para ampla disputa o procedimento for novamente fracassado ou deserto, a Administração poderá:

9.2.2.1. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação, sendo este de, no mínimo, 1(uma) hora e de acordo com a situação concreta, com a devida razoabilidade.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação

em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. O Aviso de Contratação Direta e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: (Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP) e no endereço eletrônico da Prefeitura: (Licitações de Mogi).

9.12. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste aviso.

9.13. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta dispensa, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Mogi das Cruzes.

9.14. É facultada à Administração, em qualquer fase desta dispensa, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

9.15. Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018).

9.16. Da sessão pública será divulgada em Ata no sistema eletrônico.

9.17. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.17.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

9.17.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

Mogi das Cruzes, em 24 de novembro de 2026.

REBECA BARUFI
Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 305/2026 - FLS. Nº 19

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

(art. 6º, inciso XXIII, alínea "a", e art. 40, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021)

1.1. Trata-se da aquisição de Totem de Atendimento destinado à implantação e estruturação da nova UBS Jardim São Pedro, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar do Município de Mogi das Cruzes.

A contratação integra o conjunto de providências necessárias para que a nova unidade disponha dos recursos materiais indispensáveis ao início de suas atividades, especialmente para estruturar o fluxo de recepção e atendimento mediante solução de autoatendimento.

1.2. DESCRIÇÃO DO ITEM

CÓDIGO	UN	ITEM	QTD
1.23.06.0727-4	**UN**	**TOTEM DE ATENDIMENTO** Leitor QRCode, Impressora Térmica 80 colunas com mecanismo de corte automático, computador integrado com 8GB de RAM, SSD 256 GB, conectividade Wi-Fi e Ethernet e estrutura de gabinete em aço carbono antitombamento.	**1**

1.3. O descritivo constante da tabela acima deverá constar integralmente na identificação do objeto, sem prejuízo das especificações técnicas e condições complementares previstas neste Termo de Referência.

1.4. O fornecimento deverá contemplar equipamento completo, novo e sem uso anterior, incluindo todos os componentes, acessórios, periféricos, softwares, licenças, cabos, fontes, conectores, dispositivos e demais elementos necessários ao pleno funcionamento da solução.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 6º, inciso XXIII, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021)

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de implantação e adequada estruturação da nova UBS Jardim São Pedro, cuja entrada em funcionamento exige a disponibilização prévia dos mobiliários, equipamentos e utensílios necessários ao desenvolvimento das atividades assistenciais, administrativas, técnicas e de apoio.

No âmbito deste processo, a necessidade específica consiste em estruturar o fluxo de recepção e atendimento da nova UBS Jardim São Pedro mediante terminal de autoatendimento com tela sensível

ao toque, leitura de QR Code e impressão de senhas, comprovantes ou protocolos, conforme configuração disponibilizada pela Administração.

A indisponibilidade do bem poderá resultar em improvisações, dificuldades de organização ou impossibilidade de execução adequada das atividades relacionadas ao fluxo de atendimento. A aquisição em tempo oportuno permitirá que a implantação física da unidade seja acompanhada da correspondente estruturação material.

2.2. Declara-se que o presente documento observa o Decreto Municipal nº 24.609/2026, no que aplicável à presente licitação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução consiste na aquisição, entrega, montagem, instalação, configuração e disponibilização em pleno funcionamento de 01 (um) Totem de Atendimento, compreendendo, no mínimo:

• tela touchscreen, adequada à interação direta do usuário e ao uso em ambiente de atendimento ao público;

• computador integrado com, no mínimo, 8 GB de memória RAM, SSD de 256 GB, Windows 11 Pro ou superior original, porta Ethernet, conectividade Wi-Fi e portas USB;

• leitor de QR Code integrado, apto à leitura de códigos apresentados em dispositivos móveis e impressos;

• impressora térmica integrada para papel de 80 mm/80 colunas, com mecanismo de corte automático, destinada à emissão de senhas, comprovantes e protocolos;

• gabinete em aço carbono, com estrutura antitombamento, acesso técnico protegido, organização interna de cabos e acabamento adequado ao ambiente institucional;

• todos os cabos, conectores, fontes, drivers, licenças, suportes e acessórios necessários ao funcionamento completo do conjunto.

3.2. Integram ainda a solução, sem custo adicional para a Administração, os serviços de entrega, montagem, instalação, configuração do sistema operacional e periféricos, conexão à infraestrutura disponível, testes, levantamento técnico prévio à instalação, orientação/treinamento, garantia, suporte técnico e manutenção corretiva durante o período de garantia.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O equipamento deverá atender integralmente às especificações deste Termo de Referência, não sendo admitido produto usado, recondicionado, remanufaturado ou proveniente de mostruário.

4.2. Para comprovação do atendimento às especificações, poderá ser solicitada da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar apresentação de catálogo, prospecto, ficha técnica oficial do fabricante ou documentação equivalente, contendo marca e modelo ofertados.

4.3. Gabinete, ergonomia e acessibilidade

• estrutura construída em chapa de aço carbono com espessura mínima de 1,5 mm, com base reforçada e solução antitombamento, permitindo fixação opcional no piso;

• pintura eletrostática a pó (epóxi) de alta resistência contra riscos, impactos e oxidação;

• design ergonômico em conformidade com a ABNT NBR 9050, com posicionamento acessível ao público, inclusive pessoas com mobilidade reduzida;

• porta traseira ou frontal com fechadura e chave para acesso restrito à manutenção e troca de bobina, sem exposição de fiação;

• ventilação interna adequada, com sistema ativo e filtros antipoeira quando necessário ao projeto do equipamento;

• acabamento compatível com ambiente institucional e possibilidade de identificação visual do Município, conforme orientação da Administração.

4.4. Tela touchscreen

• tecnologia touchscreen, com operação por toque precisa e boa legibilidade;

• dimensão adequada ao uso em atendimento público e proteção compatível com o ambiente;

• superfície que possibilite limpeza e higienização conforme orientações do fabricante.

4.5. Unidade computacional

• memória RAM mínima de 8 GB;

• SSD mínimo de 256 GB;

• Windows 11 Pro ou superior, original e devidamente licenciado;

• porta Ethernet, conectividade Wi-Fi e portas USB;

• capacidade de processamento suficiente para funcionamento fluido da solução e dos periféricos.

4.6. Leitor de QR Code

• integrado ao totem e compatível com leitura de QR Code em telas de dispositivos móveis e em material impresso;

• resposta rápida e comunicação adequada com o software utilizado;

• apto à identificação ou validação das informações previstas no sistema disponibilizado pela Administração.

4.7. Impressora térmica

• impressão térmica direta, integrada fisicamente ao totem;

• compatibilidade com papel/bobina térmica de 80 mm (80 colunas);

• mecanismo de corte automático total ou parcial integrado;

• velocidade mínima de impressão de 150 mm/s;

• sensores de ausência/fim de papel e demais condições de impressão, quando disponíveis no equipamento ofertado;

• alimentação automática do papel e substituição da bobina de forma simples e segura;

• comunicação com a unidade computacional e o software do totem;

• fornecimento de drivers, cabos, conectores, fontes e acessórios necessários à operação.

4.8. Não será admitido direcionamento a marca ou fabricante específico. Eventuais referências existentes no memorial técnico são meramente referenciais, sendo aceitos equipamentos de outros fabricantes que atendam integralmente aos requisitos técnicos e funcionais estabelecidos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo para entrega será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, salvo prazo diverso definido no instrumento convocatório.

5.2. A contratada deverá comunicar previamente a entrega com antecedência mínima de 01 (um) dia útil.

5.3. O equipamento deverá ser entregue inicialmente no Almoxarifado Central da Prefeitura de Mogi das Cruzes, situado na Rua Professor Flaviano de Melo, nº 435, Centro, Mogi das Cruzes/SP, no horário das 8h00 às 15h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, para conferência administrativa e patrimonial.

5.4. A instalação definitiva será realizada no local indicado pela Administração na nova UBS Jardim São Pedro. Após a contratação e antes da instalação, a contratada deverá realizar levantamento técnico

do local, verificando espaço disponível, alimentação elétrica, ponto de rede, conectividade, circulação de usuários, acessibilidade, posicionamento e condições de segurança.

5.5. A instalação deverá contemplar montagem, posicionamento, conexão elétrica e de rede, configuração do sistema operacional, leitor de QR Code, impressora e demais dispositivos inclusos, além dos testes necessários e correção de falhas identificadas.

5.6. Eventuais adequações de infraestrutura que sejam de responsabilidade da Administração deverão ser identificadas previamente pela contratada, de forma a evitar paralisações durante a implantação.

5.7. Após a instalação, deverão ser realizados testes de inicialização, touchscreen, leitura de QR Code, impressão, corte automático, alimentação de papel, comunicação de rede, comunicação entre periféricos e unidade computacional e demais funcionalidades previstas. O equipamento somente será considerado apto após aprovação da Administração.

5.8. O fornecimento ocorrerá em parcela única.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1. O recebimento provisório compreenderá a conferência da quantidade, integridade física, marca, modelo, acessórios, componentes e documentação.

6.2. O recebimento definitivo ocorrerá após instalação, configuração e verificação da conformidade do equipamento, incluindo funcionamento da tela, leitor de QR Code, impressão, conectividade, software, documentação e demais requisitos deste Termo.

6.3. Equipamento que apresente desconformidade, defeito, ausência de componente ou falha deverá ser corrigido ou substituído pela contratada, sem ônus adicional.

7. TREINAMENTO E DOCUMENTAÇÃO

7.1. A contratada deverá realizar treinamento ou orientação dos servidores indicados pela Administração, abrangendo utilização do equipamento, operação básica, reposição de papel, solução de falhas simples, reinicialização e abertura de chamados.

7.2. Deverá fornecer, em meio físico ou digital, manuais de operação e técnico, documentação de software quando aplicável, procedimentos de manutenção e abertura de chamados, informações de garantia, identificação do equipamento e demais documentos necessários à operação.

8. GARANTIA, SUPORTE E MANUTENÇÃO

8.1. O equipamento e todos os seus componentes deverão possuir garantia de 36 (trinta e seis) meses, contados da instalação final e aceite, abrangendo tela, computador, leitor de QR Code, impressora, fontes, periféricos, componentes eletrônicos e do gabinete e demais itens integrantes da solução.

8.2. Durante a garantia, a contratada deverá reparar ou substituir, sem ônus, componentes que apresentem defeitos de fabricação ou funcionamento, incluindo mecanismo de impressão, sensores, alimentação e corte da impressora, cabos e acessórios fornecidos.

8.3. A contratada deverá disponibilizar canal para abertura e acompanhamento de chamados técnicos durante todo o período de garantia.

8.4. A manutenção corretiva deverá compreender diagnóstico, correção de falhas, substituição de componentes defeituosos, configuração, atualização ou reinstalação de software quando necessária e testes.

8.5. Quando defeito impedir o funcionamento do equipamento e não puder ser solucionado em prazo razoável definido pela fiscalização, a Administração poderá exigir a substituição do componente ou equipamento por outro novo, compatível e que atenda integralmente às especificações contratadas.

9. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. Quando houver tratamento de informações ou dados pessoais, deverão ser observadas as disposições da LGPD e demais normas aplicáveis. A contratada deverá restringir o uso de dados à execução do objeto, adotar medidas de segurança adequadas, proteger credenciais e comunicar incidentes relacionados à solução.

9.2. O sistema operacional e os softwares integrantes do fornecimento deverão ser entregues atualizados e configurados com mecanismos de segurança compatíveis com sua finalidade.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar, que verificará prazos, especificações, instalação, funcionamento, garantia e demais condições do fornecimento.

10.2. Cada equipamento deverá possuir identificação individual, com registro, quando aplicável, de número de série, fabricante, modelo, patrimônio, local e data de instalação.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. A medição ocorrerá mediante verificação do efetivo fornecimento, instalação, testes e recebimento definitivo.

11.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada, observadas as demais condições do instrumento convocatório.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. A seleção ocorrerá por Dispensa Eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento de menor preço por item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Poderão participar empresas do ramo de atividade compatível com o objeto, observadas as condições de habilitação previstas no edital.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

CÓDIGO	UN	ITEM	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.23.06.0727-4	**UN**	**TOTEM DE ATENDIMENTO** **L**eitor QRCode, Impressora Térmica 80 colunas com mecanismo de corte automático, computador integrado com 8GB de RAM, SSD 256 GB, conectividade Wi-Fi e Ethernet e estrutura de gabinete em aço carbono antitombamento.	**1**	**R$ 8.862,88**	**R$ 8.862,88**

13.1. O valor estimado total da contratação é de R$ 8.862,88, conforme pesquisa de preços constante dos autos. A pesquisa deverá considerar produtos compatíveis com as especificações técnicas atualizadas deste Termo de Referência.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação: 333

Vínculo: 01.310.0000

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

• fornecer equipamento completo conforme as especificações;

• realizar entrega, montagem, instalação, configuração e testes;

• fornecer todos os componentes, licenças, cabos, conectores e acessórios necessários;

• realizar levantamento técnico prévio e comunicar adequações de infraestrutura de responsabilidade da Administração;

• realizar orientação/treinamento dos servidores indicados;

• prestar garantia, suporte técnico e manutenção corretiva durante o período estabelecido;

• substituir componentes ou equipamento defeituoso nas condições deste Termo;

• manter profissionais tecnicamente capacitados e cumprir os prazos estabelecidos;

• preservar a confidencialidade e observar a legislação de proteção de dados quando aplicável;

• fornecer toda a documentação técnica e operacional pertinente.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

• indicar o local de instalação e disponibilizar as informações necessárias;

• disponibilizar a infraestrutura existente e, quando cabível, acesso aos sistemas;

• acompanhar e fiscalizar a execução e realizar os procedimentos de recebimento;

• comunicar falhas e disponibilizar servidores para orientação/treinamento;

• efetuar o pagamento nas condições contratadas.

17. SUSTENTABILIDADE

17.1. Deverão ser observadas práticas aplicáveis de durabilidade, eficiência energética, possibilidade de manutenção e destinação ambientalmente adequada de componentes eletrônicos, inclusive logística reversa quando legalmente aplicável.

18. CERTIFICAÇÃO

18.1. Certificamos que este documento atende aos requisitos previstos nas alíneas do inciso XXIII do art. 6º e nos incisos do §1º do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, observado o Decreto Municipal nº 24.609/2026, no que aplicável.

REBECA BARUFI
Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar

TR Elaborado por:
Ana Lucia Santos Romera
Enfermeira

ANEXO II
MODELO - PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES
Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 277 - 1º andar
Mogi das Cruzes - São Paulo

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 305/2026
PROCESSO SEI Nº 57.348/2026-90

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TOTEM DE ATENDIMENTO

PREZADOS SENHORES:

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vs. Sas, nossa Proposta de Preços relativa à participante em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

ITEM	CATMAT /CATSER	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA / FABRICANTE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
						VALOR GLOBAL	R$:

As empresas ficam cientes de que, para efeito de processamento da dispensa em ambiente eletrônico, foi adotado o item CATMAT/CATSER mais semelhante ao descrito no Aviso / Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição da compra/serviço existente e a utilizada pelo Sistema Compras.gov, deverá prevalecer o estabelecido no Aviso / Termo de Referência.

DADOS BANCÁRIOS: _____

DECLARAMOS QUE:

1. Em nossos preços estão incluídos todos os impostos, taxas, seguros, fretes, descontos, bonificações, bem como quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas incidentes no fornecimento ou execução de serviços, se houver, não estando embutidos encargos financeiros agregados ao seu valor econômico, estando, portanto, ofertado(s) preço(s) à vista.

2. Nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente

na data de entrega das propostas.

3. O fornecimento do produto ou a prestação dos serviços será efetuada de conformidade com o estabelecido no Aviso e seus Anexos.

4. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data de envio da proposta.

5. Conhecemos as condições do Aviso e seus Anexos, sujeitando-nos ao seu fiel cumprimento.

Atenciosamente,

Nome do signatário, função na empresa, assinatura, RG. e CPF.